

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
ACTA N.º 02/2010 DE 15 DE MARÇO DE 2010

----- Aos quinze dias do mês de Março do ano dois mil e dez, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão extraordinária, pelas dez horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia.-----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Maria Idália Amaral Pinto e Ilídio Silva Ferreira, primeira e segundo secretários respectivamente e os seguintes Membros:-----

Henrique Gomes Morgado, Hugo Filipe Afonso Trindade, José Manuel Afonso Rodrigues, José Luís Ferreira dos Santos, Joel Afonso de Sousa, Manuel Costa Pereira, Alípio de Melo Vieira, Anabela Conceição Salvador Almeida, Carlos Alberto Pereira de Sá, Fernando Costa Felix, Manuel Leandro Vicente, Carlos Alberto Cunha Saraiva, Ilídio Afonso da Cruz, Sandra Cristina da Silva Francisco Amaral, Orlando Carvalho Canseiro, Augusto Marques Moreira, Amândio Martinho Salvador, Jorge Manuel Pereira Reis e Horácio Manuel Sousa Leal.-----

----- Nos termos do nº1 artigo 25º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Estiveram também na Sessão os Vereadores, Delfina Maria Fonseca Gomes, Manuel Marques Custódio e Ana Cristina Ribeiro dos Santos. -----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dez horas verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

1 - Apreciação e votação do **Mapa de Pessoal para o ano de 2010**, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 18.02.2010. -----

----- Com o Mapa de Pessoal foi presente Proposta de aprovação do Sr. Presidente da Câmara, datada de 10 de Fevereiro, aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 04 de Março do ano em curso do seguinte teor: -----

----- “Com a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, doravante designada de LVCR, com a rectificação que lhe foi introduzida pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alteração introduzida pela Lei n.º 64-

A/2008, de 31 de Dezembro, foram estabelecidos os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. -----

----- Por sua vez, em Anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi aprovado o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. -----

----- Assim, desde 1 de Janeiro de 2009, por força do art.º 10.º da LVCR e entrada em vigor do RCTFP, no âmbito da administração autárquica e a partir da referida data, a relação jurídica de emprego público somente poderá constituir-se por Contrato de Trabalho em Funções Públicas (art.ºs 9.º, n.ºs 1 e 3, 20.º e 21.º, da LVCR) ou em Comissão de Serviço (art.º 9.º, n.º 4, da LVCR). -----

----- O contrato de trabalho em funções públicas reveste as modalidades de contrato por tempo indeterminado e de contrato por tempo determinado (a termo resolutivo, certo ou incerto). -----

----- A comissão de serviço aplicar-se-á somente quando se trate do exercício de cargos não inseridos em carreiras, designadamente dos dirigentes, ou para frequência de formação específica ou aquisição de grau académico ou de certo título profissional antes do período experimental, em ambos os casos por parte de quem seja sujeito de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado constituída previamente. -----

----- À data de 1 de Janeiro de 2009 operaram-se nesta Câmara Municipal as transições dos actuais trabalhadores para as novas carreiras gerais previstas no art.º 49.º da LVCR – técnico superior, assistente técnico e assistente operacional – em conformidade nomeadamente com as regras de transição previstas nos art.ºs 95.º a 100.º da LVCR e disposições do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, conforme Lista Nominativa de transições oportunamente aprovada e publicitada, sem prejuízo da manutenção das carreiras não revistas. -----

----- Ainda com a entrada em vigor da LVCR, foram revogadas todas as disposições legais que tenham aprovado ou alterado os quadros de pessoal dos órgãos e serviços a que aquela lei se aplica (alínea a), do art.º 116.º), ou seja, foram revogados também os quadros de pessoal que vigoravam dos municípios. -----

----- O quadro de pessoal que vigorava neste Município foi o aprovado em anexo ao Aviso n.º 128/2004 publicado no Apêndice n.º 3/2004 ao Diário da República n.º 6, 2.ª Série, de 8 de Janeiro de 2004. -----

----- Com a nova gestão dos recursos humanos introduzida pela LVCR, passaram a ser elaborados mapas de pessoal anuais. De acordo com o art.º 5.º da LVCR, os mapas de pessoal são listas dos postos de trabalho necessários para a prossecução e o

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

exercício das atribuições e competências e para a realização de objectivos dos serviços, deles devendo constar o número de postos de trabalho por tempo indeterminado e a termo resolutivo, devendo a orçamentação e gestão das despesas com pessoal ter em atenção os dispositivos previstos no art.º 7.º da LVCR. -----

----- Para o ano de 2009 e seguintes, as Autarquias Locais passaram a ter que elaborar anualmente mapas de pessoal nos termos do disposto nos art.ºs 4.º e 5.º da LVCR. -----

----- De acordo com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, diploma que adaptou a LVCR à administração autárquica, os municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais. -----

----- O Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal para o ano de 2009 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 23.12.2008, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 03.12.2008. -----

----- Conforme cadastro do pessoal em funções, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva conta actualmente com 81 (oitenta e um) trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e 56 (cinquenta e seis) trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo determinado (termo resolutivo certo). -----

----- Dos postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo, constata-se que, na sua generalidade, correspondem a necessidades permanentes dos serviços. -----

----- Nessa medida, o Mapa de Pessoal anexo, a aprovar com a proposta de Orçamento para o ano de 2010, reflecte a necessidade de criação de postos de trabalho a ocupar por tempo indeterminado, mediante procedimento concursal, tendo contudo que manter-se os postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo, que serão considerados extintos à medida que forem ocupados os correspondentes postos de trabalho a ocupar por tempo indeterminado. -----

----- Assim, em conformidade com a alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, juntamente com a Proposta de Orçamento para 2010, a aprovação do Mapa de Pessoal anexo para vigorar no exercício de 2010, a fim de ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, de harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que justificou detalhadamente o mapa de pessoal, tendo referido que onde se verifica o aumento de pessoal a contratar por tempo indeterminado é na Divisão de Urbanismo e ambiente e na Educação, onde há grande número de pessoas com contrato de trabalho a termo certo e que estão prestes a terminar, alguns ainda este ano. Para a Divisão de Obras Municipais sé está proposto um técnico superior de higiene e segurança no trabalho, sendo inclusive urgente a ocupação deste posto de trabalho, dado que estão em curso obras de grande vulto, como a Biblioteca e a Variante. Informou ainda que neste momento estamos em risco de não poder cumprir o Protocolo com a Autoridade Nacional da Floresta, dado que o contrato de trabalho da Engenheira Agro-florestal não pode ter mais renovações.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveram-se e usaram da palavra vários membros: -----

- Henrique Morgado – Começou por referir que o que se trata aqui hoje é da passagem do pessoal que está a contrato a termo certo para tempo indeterminado. Está decepcionado, e entende que este mapa de pessoal é paupérrimo. Não vê na nota introdutória o investimento na modernização administrativa. Disse que o quadro apresentado não é mais que o pagamento de promessas eleitorais. Verifica também que há uma discrepância entre o mapa de pessoal apresentado e a nota introdutória do plano e Orçamento, que hoje o Sr. Presidente da Câmara Mandou distribuir pelos membros da Assembleia. No mapa constam cinquenta e seis postos de trabalho e no orçamento constam cerca de trinta. Ficou admirado com a intervenção do deputado Carlos Sá , porque aquele Senhor na Sessão de Dezembro de 23 de Dezembro de 2008, e quando se discutia o mapa de pessoal para 2009, disse o seguinte “*o número de pessoas ao serviço da autarquia representa actualmente um peso muito elevado no orçamento, considera que há técnicos superiores a mais*”. Continuando a sua intervenção o membro Henrique Morgado, referiu que sempre foi apologista na resolução dos problemas do pessoal em situação de trabalho precário, terminou a sua intervenção referindo que concorda com os princípios, não concorda com a forma nem mesmo com o conteúdo e nem com a substância.-----

- Joel Sousa – Referiu que não iria acrescentar muito mais ao que o deputado Henrique disse, apenas referiu que segundo a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, no art.º 14.º (Lei Preambular) alguns posto de trabalho, que tinham contrato de trabalho a termo certo, na data de entrada em vigor da referida lei, têm forçosamente de ser colocados a concurso para tempo indeterminado. No entanto o que verifica no mapa apresentado, não é apenas o cumprimento dessa obrigatoriedade, mas sim uma contratação por

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

“atado”, dado estarem a ser criados 56 postos de trabalho, considera de uma grande irresponsabilidade o que o Sr. Presidente da Câmara, está hoje aqui a apresentar, e verifica que isto não é mais do que o pagamento de promessas políticas, tendo sido assim que o P.S. ganhou as eleições. Referiu que há Câmaras de muito maior dimensão que não têm metade dos técnicos que a de Vila Nova de Paiva tem, e que no caminho, quando vinha para a reunião contactou vários presidentes de câmara que ficaram admirados com a admissão de tanto pessoal a tempo indeterminado. Referiu ainda que esta atitude é de muita irresponsabilidade, daqui a alguns anos o FEF não irá chegar para pagar a tanto pessoal. Concluí referindo daqui por algum tempo não haverá ninguém que queira ser presidente desta Câmara. Aos eleitos pelo partido socialista deixou o recado “ *votem a favor que eu um dia vou chamar-vos e estarei cá para vos perguntar por contas.*” -----

- José Luís Ferreira dos Santos – Propôs a suspensão dos trabalhos, e sugeriu ao Sr. Presidente apresentasse um estudo sobre o limite do valor de despesas com pessoal.----

- **Fernando Felix** – referiu o seguinte: “*Na abordagem deste assunto julgo ser útil ter presente alguns ensinamentos/conhecimentos de Gestão, nomeadamente a Teoria das Organizações.*”-----

Isto porque, a evolução da teoria das organizações diz-nos que:

- *Durante as décadas de 50, 60, 70, de grande crescimento económico, de institucionalização nas sociedades ocidentais do Estado Social, as organizações apresentavam estruturas muito pesadas, rígidas e altamente hierarquizadas, ou seja, permitidas/adequadas a uma envolvente externa estável, previsível;*-----

- *No entanto na década de 80 e 90, com o agudizar dos reflexos das crises petrolíferas, a eliminação de taxas alfandegárias, etc, estas estruturas revelaram-se ineficientes e ineficazes, perante uma envolvente externa turbulenta, em constante mudança, pouco previsível;*-----

- *Por essa altura, o considerado “pai” da Gestão (Peter Drucker) defendia que, as organizações, para serem competitivas e sustentáveis teriam que se transformar/funcionar como Orquestras Sinfónicas, ou seja, mais leves, menos hierarquizadas (todos deveriam ver o maestro) e, apesar de agrupadas em departamentos por especialidade/instrumento, teriam que ser flexíveis, em constante inovação/adequação ao mundo exterior;* -----

- *Nos últimos anos, com o aprofundar da globalização e turbulência, os gurus da gestão já dizem que as organizações para serem competitivas e sustentáveis já não podem ser orquestras sinfónicas, mas sim “Grupos de Jazz”, ou seja, ainda mais pequenas, mais flexíveis, constituídas por músicos menos rígidos a seguir a partitura,*

mas com mais polivalência e capacidade de assimilarem informação, assunção dos objectivos/cultura da organização, maior capacidade de improviso, de empreendedorismo, de resposta às solicitações/reacções do público.-----

Se analisarmos também a evolução do conceito/modelo de organização do Estado nas sociedades ocidentais, verificamos que, a partir dos anos 80 (mandatos de M.Thatcher no Reino Unido e R.Reagan nos EUA), ocorreu uma inversão da tendência, iniciando-se a transmutação/liberalização do Estado, ou seja, atendendo aos enormes e constantes défices, o Estado começou a deixar de ser Estado Providência e a tornar-se num Estado Regulador/Garantidor, deixando de fazer e passando a garantir que alguém faça/preste serviços aos cidadãos. -----

Verificou-se assim uma redefinição/diminuição das funções do Estado que, procurando combater a burocracia, a ineficácia e a ineficiência inerentes à “obesidade orgânica”, iniciou processos de privatização e liberalização de mercados, “esvaziando” o conceito de serviços públicos em detrimento do conceito de serviços de interesse económico geral. -----

Desta corrente reformadora do Estado emergiu a Lei 12-A/2008, invocada para a aprovação do Mapa de Pessoal. Mas se analisarmos claramente esta lei verificamos que a maior inovação/reforma introduzida por este preceito legal foi a eliminação/transformação do vínculo de nomeação definitiva da maioria dos funcionários públicos deste País, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ou seja, reduziu o vínculo, eliminando a figura de nomeação definitiva/vitalícia, da generalidade dos funcionários públicos e tornou-os susceptíveis de serem colocados no Quadro de Mobilidade Especial, isto é, sujeitarem-se a processos que culminam em despedimentos. Como bom exemplo dos efeitos desta política no terreno poderemos ver a situação, aqui bem próxima, do Viveiro de Vale de Cavalos. Situação para a qual o Sr. Vereador Avantino Beza chamou a atenção numa reunião de Câmara, solicitando para que o Sr. Presidente da Câmara se inteirasse do que se passava, e que revela uma redução drástica, e até absurda dada as necessidades funcionais, das pessoas ao serviço. -----

Por outro lado se analisarmos a evolução das Leis de Finanças Locais verificamos que: -----

- Enquanto Lei nº42/98 de 6 de Agosto aumentou o valor das transferências para as autarquias (passou a considerar não o IVA previsível, mas sim o cobrado; e alargou a base de cálculo ao IRS e IRC);-----

- A actual Lei de Finanças Locais (Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro) alterou/diminui a configuração das transferências.-----

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

Assim, reconhecendo que as responsabilidades autárquicas em termos de despesa pública são proporcionalmente inferiores às transferências que recebem (dificultam a responsabilização/prestação de contas, na medida em que criam uma dupla identidade, nomeadamente, “autónomos” para gastar e na retaguarda/sombra do Poder Central para cobrar) reduziu o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e aumentou a responsabilidade/poder fiscal das autarquias, na medida em que criou o instrumento de participação variável de 5% do IRS dos sujeitos passivos do Município. -----

Neste momento, já é possível dizer que o Executivo desta Câmara (não foi o Governo, mas sim o Executivo desta Câmara), em vez de ter optado, em Dezembro último, por diminuir a carga fiscal dos contribuintes, ou seja, das pessoas que trabalham e suportam os orçamentos públicos, reduzindo em 5% do IRS pago, optou por manter essa carga fiscal e ainda pretende aumentar a já elevada despesa com o pessoal, quer com o aumento das despesas inerentes à passagem ao “quadro” de todas estas pessoas, quer com a criação do lugar de Chefe de Divisão Social e Cultural.-----

Ou seja, por um lado subsidiam-se as instituições externas, promove-se o outsourcing (como por exemplo o projecto Progrid, onde nomearam uma Coordenadora a tempo inteiro), mas mantém-se/cria-se uma estrutura camarária de sobreposição. Isto tem como consequência o agravamento da já pesada factura que os contribuintes/cidadãos deste Município pagam pelos serviços públicos recebidos. Munícipes que num futuro próximo, verão essa factura aumentar ainda muito mais, devido quer a medidas nacionais, anunciadas pelo PEC apresentado pelo Governo para o Quadriénio de 2010/2013, quer a medidas locais, anunciadas pela evolução prevista, e já aqui falada, dos preços da água e de todas as taxas e tarifas municipais. -----

Por ser assim, penso que não será este o caminho recomendado, a não ser que, com todo o respeito, queiramos assumir uma posição idêntica à do dono do burro daquela famosa história que o povo conta. Dono que numa semana corta 10 % da alimentação que fornece ao burro, na semana seguinte corta mais 10%, e assim sucessivamente até atingir os 100%, e depois fica admirado, lamenta que, quando estava preparado para dar o lucro todo, o animal morre. É isto que teremos que evitar, e o nosso desafio não é apenas promover o emprego destas pessoas, mas sim de todos os cidadãos deste Concelho. Cidadãos que, se felizmente não morrem, são obrigados a emigrar. Veja-se a redução e o destino da maioria dos trabalhadores deste Concelho que até há pouco tempo se deslocavam/trabalhavam na construção civil em Viseu.-----

Por último, penso que devemos ter presente que esta Câmara ainda não implementou o Siadap. Siadap que, apesar dos defeitos comumente apontados, se espera que seja

uma ferramenta que permita melhorar a gestão do desempenho dos funcionários. É certo que tem coisas que eu também não concordo e na minha opinião são totalmente absurdas, como, por exemplo, as quotas. Quotas que mais não são que um sinal/prova evidente de que foi necessário passar além do razoável para resolver uma situação, a avaliação dos funcionários públicos. Como não se agia com bom senso, rigor (ninguém avaliava/distinguia alguém, era tudo igual) o Governo criou esta imposição legal, que ultrapassa os limites do razoável e cai no absurdo. Contudo acho que perante a sua existência, e também até pelo facto de agora ser obrigatório aprovar anualmente os mapas de pessoal (ou seja esta lei trouxe flexibilidade ao sistema), deveríamos implementar primeiro o Siadap, analisar os resultados, e depois ponderar um aumento tão substancial do mapa de pessoal do Município.-----

----- Assim, atento o exposto, e respeitando os princípios:-----

1º da Unidade do Estado; -----

2º da prevalência do interesse geral sobre o individual;-----

3º da coordenação das finanças locais com as finanças estaduais (art. 5º da Lei das Finanças Locais – Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro);-----

Lamento, mas sou obrigado a votar contra o presente Mapa de Pessoal”-----

----- Terminadas as intervenções dos membros inscrito para o efeito, e antes de dar a palavra ao Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal, referiu que sempre questionou e continuará a questionar a criação de novos postos de trabalho, mas o que é certo é que não foi o actual Presidente do Executivo que colocou na Autarquia tantos trabalhadores com contrato a termo certo, por isso não existe nem tem qualquer sentido, e dá-lhe vontade de rir, quando dizem que este mapa é o pagamento de promessas eleitorais.-----

O Sr. Presidente da Câmara em resposta à intervenção do Sr. Joel Sousa, disse que não está na política comprometido. Informou que no final do corrente ano a Câmara Municipal irá ter menos funcionários, quer numa situação quer noutra. Relativamente à intervenção o Sr. Henrique Morgado, informou que tem sido proporcionada formação aos funcionários para que haja uma verdadeira modernização administrativa. Ao Sr. José Luís Santos, respondeu que admite não ter sido esta a melhor apologia mas efectivamente não pode concordar com a sua proposta. -----

Terminou a sua intervenção lamentando que haja pessoas que venham para a Assembleia rir-se, abstraindo-se de responsabilidades que deveriam ter e apenas para ganhar a senha de presença. -----

- Hugo Trindade, referiu concordar com mais de 60% da informação que o membro Joel Sousa transmitiu, mas que têm de se partir de um princípio que é estarmos a falar

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

de pessoas que já cá estão contratados e a trabalhar desde os anteriores mandatos. Há uma questão que não percebe é o facto de durante os quatros anos do anterior mandato não terem resolvido a situação. Quando o actual Presidente da Câmara tomou posse as pessoas de que estamos a falar já cá estavam, e se cá estavam é porque são necessárias aos serviço. Perguntou onde estaria a questão da justiça se se passa-se a tempo indeterminado pessoas que estão contratadas apenas há três anos, e não se resolvesse a questão de todos os outros que já aqui trabalham à sete, oito e nove anos.-----

Relativamente ao recado que o Sr. Joel deixou à bancada do Partido Socialista, esqueceu-se de que e ele reside em Vila Nova de Paiva ao contrário do Sr. Joel Sousa.

- Horácio Leal – Referiu concordar com a maior parte das coisas que foram ditas, relativamente ao mapa de pessoal. Entende que o Município tem muitos técnicos superiores com salários muito elevados. Verifica que é criado mais um lugar de chefe de Divisão, que em seu entender não é necessário. Quanto à previsão de mais um encarregado operacional, julga que no momento não haveria necessidade de criar esse lugar. Relativamente à abertura de concurso para tempo indeterminado, entende que este devia ocorrer à medida que os contrato a termo certo fossem caducando.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que o lugar de encarregado operacional consta do mapa porque o actual encarregado está em regime de mobilidade interna, daí a necessidade de abertura de concurso para preenchimento do lugar. Quanto ao lugar de chefe de divisão, informou que neste momento o SIADAP obriga a que não exista ninguém dependente da avaliação por parte do Presidente da Câmara. Ora, como o GADIL, o Gabinete Jurídico e outros, estão na dependência directa do Presidente, este têm de ser integrados noutra Divisão.-----

----- O Vereador Manuel Custódio, pediu a palavra, o que lhe foi informado pelo Presidente da Assembleia que nas sessões da Assembleia os vereadores apenas poderão usar da palavra para defesa da honra, e tanto quanto sabe a honra do Sr. Vereador não foi aqui ofendida. Face à insistência do membro Fernando Félix, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vereador Custódio que lamentou que Sr. Presidente da Câmara se tenha referido à senha de presença, e disse que não vinha às sessões da Assembleia para ganhar a senha, até porque isso não faz parte dos seus princípios, vem por direito próprio. Referindo-se ao mapa de pessoal, e porque esteve em causa também a sua gestão, esclareceu que as entradas de pessoal foram sempre por contrato a termo certo, excepto a admissão do fiscal municipal. Acerca das promoções na gestão anterior, informou que aquelas se deveram ao facto das progressões nas carreiras estarem congeladas, e a única possibilidade de subir os funcionários era o Presidente da Câmara promove-los, foi o que aconteceu, até porque

era prática da Câmara subir os funcionários de três em três anos. Terminou a sua intervenção referindo que, relativamente à gestão do pessoal, viu sempre e em primeiro lugar, o interesse da Câmara Municipal.-----

----- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou o mapa de pessoal a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com dez votos a favor dos membros Srs. Paulo Marques, Maria Idália Pinto, Ilídio Ferreira, Hugo Trindade, Manuel Costa Pereira, Ilídio Cruz, Carlos Sá, Augusto Moreira, Jorge Reis e Manuel Leandro Vicente, sete votos contra dos membros Srs. Henrique Morgado, José Manuel Rodrigues, Horácio Leal, Carlos Saraiva, Alípio Vieira, Joel Sousa e Fernando Felix e cinco abstenções dos membros Srs. José Luís Ferreira dos Santos, Anabela Almeida, Amândio Salvador, Orlando Canceiro e Sandra Francisco, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2010.-----

----- Os Membros Joel Sousa e Horácio Leal apresentaram declaração de voto como segue:-----

“ Eu Joel Afonso de Sousa, deputado independente pelo PSD, venho por este meio, fazer a seguinte declaração de voto: -----

Sou de acordo passar a contrato a tempo indeterminado os 21 trabalhadores que estão em condições de progredir nos termos dos dispositivos legais, mas não uma passagem por “atado” de 57 trabalhadores, que seriam reintegrados à medida que estão nas condições”.-----

“ Eu Horácio Manuel de Sousa Leal, votei contra o Mapa de Pessoal do Município de Vila Nova de Paiva para o ano de 2010, apenas porque concordo com a entrada para tempo indeterminado conforme a caducidade dos contratos acontecerem, que seriam neste momento de 21 funcionários”.-----

----- **2 - Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), para o quadriénio de 1010/2013, aprovadas em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de Fevereiro de 2010. -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara leu uma nota introdutória, do seguinte teor: -----

----- *A Câmara Municipal, apesar dos constrangimentos financeiros continuará empenhada em criar condições para que o desenvolvimento económico e social do concelho evolua positivamente, através da execução de novos investimentos que potenciem a criação de uma melhor qualidade de vida, para os seus munícipes.-----*

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

-----A assunção deste desígnio concretiza-se no planeamento de estratégias e definição de acções estruturantes, descritas nos documentos previsionais, que se submetem à aprovação dos órgãos.-----

----- Importa referir que os documentos previsionais reflectem o que nos parece realizável, sem dúvida aquém das necessidades do investimento municipal, e que, por isso, se impõe uma cuidada definição de prioridades, no que respeita às obras fundamentais como são os **equipamentos colectivos, rede viária, parques e jardins, requalificação urbana e ambiente** decisivas para a elevação da qualidade de vida das populações. -----

----- Deve realçar-se que, pelo especial significado social, a Edilidade continuará, a ter uma política de apoio às famílias carenciadas, aos idosos, consubstanciada por exemplo na continuidade do incentivo familiar ao nascimento a partir do 3º filho, este ano com a distribuição gratuita dos manuais escolares aos alunos do 1º CEB e a criação de zonas no Concelho com Banda Larga gratuita.

----- Da análise aos documentos previsionais resulta que este Executivo irá manter o apoio à promoção de acções das Escolas do 1º ciclo e Jardins-de-Infância, nomeadamente as suas actividades de carácter genérico, no fornecimento de refeições a todos os alunos que o solicitem, nas actividades de enriquecimento curricular, na atribuição de subsídios a alunos e às Escolas.-----

----- No que respeita, ao apoio financeiro à Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva continuará a manter o Protocolo celebrado em 08.05.2001 com aquela Associação para a criação de um Grupo de Intervenção Permanente - GIPE, bem como o Programa de Vigilância Móvel Motorizada a funcionar nos meses mais críticos da Época de Fogos Florestais.-----

----- Na mesma linha, as Associações Desportivas e Recreativas existentes no concelho terão o apoio financeiro e logístico do Município, de forma a impulsionar as suas actividades mais significativas. -----

----- Uma leitura atenta das Acções Mais Relevantes levará à conclusão que iremos, em 2010 e à semelhança de anos anteriores, concretizar um conjunto de actividades culturais, recreativas, desportivas e de divulgação e promoção do nosso concelho de enorme relevância e diversidade, abrangendo um leque considerável de iniciativas, que pretendem realçar a importância da cultura, das actividades desportivas e recreativas para todas as idades e das potencialidades dos nossos recursos endógenos.-----

----- No decurso do ano de 2010, a Câmara Municipal manterá, também, o apoio às Juntas de Freguesia, através da celebração de Protocolos e Acordos de Colaboração

e aprofundará a cooperação e parceria com estes órgãos autárquicos, porquanto os resultados alcançados são inquestionavelmente positivos na qualidade dos serviços públicos prestados às respectivas populações.-----

----- O objectivo orçamental a atingir em 2010, tanto ao nível das receitas como das despesas, significa, para além do já referido, a necessidade de prosseguir o esforço conjunto do executivo, dos trabalhadores municipais e das instituições e agentes económicos, para que se atinjam os resultados desejados.-----

*----- **O Plano Plurianual de Investimentos, as Actividades Mais Relevantes e o Orçamento**, para o ano de 2010 inserem-se na estratégia adoptada de alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento e de enfrentar os problemas estruturais mais urgentes do concelho de Vila Nova de Paiva.*-----

*----- **O PPI** consagra as despesas a realizar através de investimentos que se encontram elencadas no capítulo **07** da classificação económica das despesas de capital.*-----

*----- **As Actividades Mais Relevantes**, por sua vez, estão contempladas no mapa de actividades por objectivos, mapas síntese das acções do plano, divididas por grupos económicos da despesa, por capítulos orgânicos, por objectivos e por funções.*-----

*----- **O Orçamento** reflecte a previsão das receitas a obter e confere a autorização das despesas a realizar na execução das acções e projectos estruturados, com o quadro e código de contas descritos no POCAL e apresentado nos mapas resumo das receitas e das despesas da autarquia.*-----

----- Assim, e de acordo com o disposto na alínea c) do nº 2 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal elaborou as Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento, para o ano económico de 2010, submetendo-os à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o preceituado na alínea b) do nº 2 do art.º 53º do citado diploma.”-----

----- O Sr. Presidente da Câmara apresentou também uma síntese do orçamento como segue:-----

*----- “O montante global do orçamento para vigorar durante o ano económico de 2010 cifra-se em **€12.085.219,00**, o qual resultará das seguintes receitas: -----*

----- ♦ Transferências do Orçamento do Estado, repartidas pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e IRS; -----

----- ♦ Receitas próprias da Autarquia que, no que se refere às provenientes das taxas e licenças constantes nas Tabelas anexas ao Regulamento de liquidação e

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

cobrança de Taxas, Licenças, Tarifas e Prestação de Serviços e da Urbanização e Edificação; -----

----- ♦ As comparticipações provenientes de receitas residuais de projectos do antigo IIIQCA e do recurso ao QREN, através de candidaturas já elaboradas e outras a elaborar, através da Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL);

----- ♦ As comparticipações provenientes dos projectos candidatados a diversos programas, nomeadamente ao FSE e ao PRODUR; -----

----- ♦ As resultantes da celebração de acordos de cooperação técnico-financeira com a Administração Central, como aconteceu para a construção da Nova Biblioteca Municipal; -----

----- ♦ Produto de Empréstimo contraídos para financiamento de investimentos diversos. -----

----- O orçamento para o ano de 2010, foi estruturado para reflectir as prioridades de gestão atrás enunciadas e será orientado pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de recebimentos/compromissos assumidos/pagamentos. -----

----- O montante global, nas receitas, do orçamento é de € 12.085.219,00, dos quais € 6.748.906,00 se reportam à receita corrente e € 5.336.313,00 respeitam a receitas de capital. -----

*----- O valor global da previsão das **receitas próprias do Município** é de € 3.146.555,00 e representam 26,03% do total, as provenientes do Orçamento do Estado de € 4.360.212,00, que correspondem a 36,07% e às originadas nos fundos comunitários relativos a projectos, cujo financiamento já está aprovado e homologado, no valor de € 4.487.778,00, equivalentes a 37,13%. -----*

----- As restantes provêm do recurso ao crédito no montante de € 60.649,00, (0,50% do total) e de outras receitas no valor de € 30.025,00 (0,24% do total). -----

*----- Quanto ao orçamento **da despesa, as correntes** ascendem a € 6.365.900,00 e as de **capital** a € 5.709.319,00. Nas despesas correntes salienta-se as respeitantes às remunerações do **peçoal**, cuja dotação é de € 2.616.965,00 (que correspondem a 41,10% das mesmas e a 21,65% do total do orçamento). No entanto, importa realçar nesta rubrica, que é intenção deste Executivo e já com efeitos no ano financeiro de 2010, alterar de posição remuneratória por Opção Gestionária todos os funcionários que atingiram 5 pontos, bem como, passar para Contrato Individual de Trabalho por Tempo Indeterminado cerca de 30 funcionários que se encontravam com Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo, pensando assim contribuir para a estabilidade e fixação de pessoas no Concelho. Assim, as despesas com o peçoal encontram-se de certa forma inflacionadas.-----*

----- Quanto às despesas com **amortizações e juros dos empréstimos** contraídos pelo Município e pelos empréstimos contraídos pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e subscritos pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, perfazem respectivamente € 81.900,00 e € 490.338,00 num total de € 572.238,00, correspondente a 4,78% do orçamento. -----

----- No tocante às despesas de capital, totalizam € 5.709.319,00, as de investimento direccionadas para obras em curso e para o lançamento de novas infra-estruturas atingem os € 4.965.039,00 e constituem 41,07% do total do orçamento do Município.

----- **Prioridades para o ano de 2010:** -----

----- Na área dos investimentos vamos terminar as obras em curso, salientando entre outras e das obras novas, as seguintes: -----

----- **Freguesia de Alhais** -----

- ▶ Ampliação do Cemitério; -----
- ▶ Caminho Agrícola da Bouça/Espinheiro; -----
- ▶ Requalificação da Em 323 VNP/Alhais; -----
- ▶ Rua do Granjeiro; -----
- ▶ Rua da Cruz de Pedra. -----

----- **Freguesia de Fráguas** -----

- ▶ Pavimentação da Rua Padre Aparicio; -----
- ▶ Pavimentação da Rua da Calçada; -----
- ▶ Ampliação do Cemitério; -----
- ▶ Pavimentação do Arruamento de ligação da Rua da Eira Nova à ETAR; -----
- ▶ Construção de Casa Mortuária. -----

----- **Freguesia de Pendilhe** -----

- ▶ Rua do Bairrinho; -----
- ▶ Rua das Corgas; -----
- ▶ Ampliação do Cemitério; -----
- ▶ Pavimentação e Beneficiação da Rua do Areal. -----

----- **Freguesia da Queiriga** -----

- ▶ Rua e Largo da Cerca; -----
- ▶ Rua das Cerdeirinhas; -----
- ▶ Caminho Agrícola dos Tojais; -----
- ▶ Caminho Agrícola da Orca dos Juncais. -----

----- **Freguesia do Touro** -----

- ▶ Rua da Regada; -----
- ▶ Rua e Pontão da Lameira; -----

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

-
- *Regeneração Urbana do Largo do Senhor do Amparo; -----*
- *Arranjo do Largo das Carvalhas na Cerdeira; -----*
- *Rua dos Pousados (3ª Fase); -----*
- *Requalificação da Rua Central; -----*
- *Caminho Agrícola da Cumeeira (Ligação Touro/Cerdeira); -----*
- *Caminho Agrícola da Passagem (Ligação Touro/Lage Gorda); -----*
- *Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/Touro/Póvoa).-----*
- Freguesia de Vila Cova à Coelheira -----**
- *Conclusão da Construção do Parque Industrial; -----*
- *Rua Vasco da Gama; -----*
- *Conclusão dos Arranjos dos Acessos Norte e Sul a Vila Cova à Coelheira; -----*
- *Regeneração do Largo da Feira em Vila Cova à Coelheira; -----*
- *Construção da ETAR de Vila Cova à Coelheira; -----*
- *Regeneração da Antiga Sinagoga.-----*
- Freguesia de Vila Nova de Paiva -----**
- *Construção do Centro Educativo; -----*
- *Conclusão da Construção da Circular Urbana Norte e Nascente (1ª Fase) a Vila Nova de Paiva; -----*
- *Construção da Praia Fluvial e Parque Urbano de Vila Nova de Paiva; -----*
- *Construção do Parque Desportivo da Pedralva; -----*
- *Requalificação da Feira Quinzenal de Vila Nova de Paiva; -----*
- *Parque Infantil de Vila Nova de Paiva; -----*
- *Infraestruturas da Zona Industrial (3ª Fase); -----*
- *Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos “A, B, C, D, E, F, G e H”; ----*
- *Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamentos “I, J, K, L, M, N, O e P”. -----*
- Transferências para as Juntas de Freguesia -----**
- No âmbito da descentralização de competências pretende-se e na continuação do que já tinha vindo a ser feito, celebrar Protocolos com as Juntas de Freguesia, transferindo, para o efeito, competências da Câmara Municipal, de menor âmbito, fazendo-as acompanhar das necessárias verbas para a sua concretização dando assim uma resposta mais adequada e eficiente às necessidades da população, estando em estudo para o ano de 2010 a celebração de um Protocolo com todas as Juntas de Freguesia de Delegação de Competências nas seguintes áreas, ou em outras:-----*
- 1) Conservação e reparação das escolas do 1º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar da área da freguesia;-----*

----- 2) *Conservação e limpeza de valetas, bermas e taludes, constando de todo o trabalho de cantonagem das vias municipais da área da freguesia;*-----

----- 3) *Conservação e limpeza de ruas e passeios da área da freguesia.*-----

----- Qualificação dos Recursos Humanos e Modernização administrativa-----

----- *A qualidade nos Serviços Municipais é hoje uma exigência dos cidadãos que requer funcionários e agentes motivados no seu trabalho, capazes de dar respostas efectivas e responsáveis, pelo que a formação profissional merecerá a melhor atenção do Executivo, através da formação dos cursos no âmbito da Administração Autárquica, nomeadamente através de uma candidatura já aprovada para a CIMRDL e que abrangerá todos os funcionários de todos os Municípios que integram a referida Comunidade.*-----

----- *A qualificação dos recursos humanos será acompanhada de acções conducentes à modernização administrativa nomeadamente com o recurso às novas tecnologias.*-----

----- *Por último, importa salientar que, para o desenvolvimento das acções e objectivos definidos no orçamento para 20010, a Câmara Municipal dispõe dos recursos humanos inscritos no Mapa de Pessoal que será entregue em anexo.*-----

----- CONCLUSÃO -----

----- *Face ao exposto, e em termos conclusivos, este é um orçamento, que na nossa perspectiva, consideramos realista e que à semelhança das GOP e Orçamento do ano anterior tem implícito uma contenção das despesas e uma racionalização de custos, tendo em conta que, também por esta via, se procura obter uma maior sensibilização para a optimização dos meios disponíveis.*-----

----- *Neste contexto, reafirmamos o nosso empenho no trabalho para um desenvolvimento sustentado de todo o concelho, sem descuidar o cuidado que nos merece a dignificação da pessoa humana e dos nossos cidadãos que são o nosso melhor património e a razão de ser da nossa missão".*-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- José Luís Santos – Referiu ter ficado apreensivo com a explanação do Sr. Presidente, e está na disposição de votar a favor, caso o Sr. Presidente não o contrarie na questão da construção do Parque Desportivo, porque esse que em seu entender deve ter um campo de futebol com as medidas necessárias para acolher jogos da selecção. O Sr. Presidente da Câmara informou que já mandou rectificar o projecto por forma a ser contemplado um campo com as características apontadas pelo Membro José Luís Santos, até porque a questão área do campo foi desde logo por si questionada,

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

enquanto Vereador, aquando da aprovação do projecto inicial no anterior mandato autárquico.-----

- Joel Sousa - Começou por dizer deve haver algum engano pois este orçamento deve ser é para 2100 e não para 2010. Quanto ao Plano começou por felicitar o anterior Presidente da Câmara pelo facto de os projectos que aqui estão terem sido por ele desencadeados, nomeadamente o Centro Educativo, a Rota da Água, agora alterada, a Circular, a Feira o Campo de Futebol e outros, de novo apenas vê a Zona Industrial e a ETAR de Vila Cova à Coelheira. Disse que até lhe dá impressão que foi feita cópia e colagem do anterior plano de actividades. Felicitou o Presidente da Câmara pelo facto de este ter admitido que a Câmara Municipal tem capacidade de endividamento, ao contrário do que afirmou em campanha eleitoral. Referiu que na altura da aprovação das Contas se irá verificar que afinal a dívida de curto prazo não ultrapassa um milhão e oitocentos mil euros, estando incluído neste valor o montante da dívida à empresa de Camionagem. Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se sabe quantos empréstimos a autarquia tem e sabe quantos foram feitos no mandato do Sr. Manuel Custódio. Referiu que em vinte e cinco empréstimos apenas três foram feitos no último mandato. Da análise que fez ao orçamento verifica que há aqui previsão de impostos directos que não têm qualquer cabimento, fez a comparação e a evolução destes ao longo dos últimos anos, dessa comparação verifica que é de todo impossível cobrar tais valores. Quanto ao Imposto Municipal Sobre Transações, no qual se prevê para 2010 a cobrança de cento e quarenta mil euros, referindo que ninguém acredita nisto até porque a construção Civil está em crise. Disse que este orçamento é uma orçamento “martelado” e que a prova disso é receita do FEDER, que se prevê que seja de dois milhões e seiscentos mil euros. Por fim afirmou que feitas a contas este orçamento está empolado em mais de dois milhões de euros.

- Henrique Morgado – Começou por dizer que o membro Joel já tinha dito praticamente tudo acerca do plano e orçamento, a seu ver este orçamento está demasiadamente empolado. Referiu que é certo que, quem vem tem de assumir os compromissos dos anteriores executivos e por isso disse que não iria votar contra os documentos de gestão em apreço. No entanto referiu que poderia fazer suas as palavras do Sr. Presidente da Câmara, enquanto Vereador, aquando da votação do orçamento para 2009, que foram as seguintes *“Após apreciação e discussão do Orçamento e Plano para o ano de 2009, votamos contra, por entendermos que o mesmo é irrealista, e não exequível. Por outro lado, algumas receitas orçamentais são meras fantasias. Por outro lado, ainda, os documentos mostram uma falta de solidariedade e investimento em todas as freguesias, mantendo o Sr. Presidente da Câmara o*

propósito de só fazer obra na sede do concelho. Mais se verifica que, ao nível das despesas correntes, há um grande acréscimo, que hipoteca irremediavelmente o investimento de capital”.-----

Referiu também que o Sr. Presidente, na reunião de Dezembro de 2009, quando o questionaram sobre a não apresentação do orçamento e plano até ao final do ano, disse que era sua intenção apresentar um orçamento de rigor. Feita a análise o que verifica é que afinal estes documentos não demonstram rigor algum e acredita que este orçamento só terá uma execução de trinta ou quarenta por cento. Verifica que nas GOP para 2010 há um financiamento não definido de dois milhões e sessenta e três mil euros, e questionou se esse financiamento não será através contracção de empréstimos, se o for mostra que afinal a Câmara ainda têm uma boa capacidade de endividamento. -----

Questionou que tipo de obras de requalificação irão ser feitas na Rua Central no Touro, pois em seu entender o valor previsto no montante de vinte e cinco mil euros, não será de forma alguma suficiente para tais obras.-----

Quanto às obras de requalificação da feira previstas, lembrou as declarações do actual . Presidente da Assembleia, em sessão da Assembleia Municipal do dia 23 de Dezembro de 2008 na qual disse “*o arranjo do recinto da feira, é uma má opção, e que para tal deveria ser feita consulta à população, pois os orçamentos participativos seriam mais rigorosos*”.-----

----- O Presidente da Assembleia, respondeu ao membro Henrique Morgado, afirmando que fez tais declarações porque na altura o que estava em causa era a mudança da feira, e não a requalificação do seu espaço. -----

- O Membros Fernando Félix, proferiu o seguinte: “*Relativamente ao **Orçamento para o ano de 2010** cumpre-me dizer que, concordando com a maior parte das ideias defendidas pelos oradores anteriores, quero acrescentar o seguinte*:-----

- *os orçamentos são realmente documentos previsionais e o que se encontra em discussão é um bom exemplo disso, manifestando/exigindo até uma boa dose de esperança/fé, atendendo quer ao montante total quer ao elevado valor apresentado pelas rubricas generalistas de “outras receitas”*;-----

- *este orçamento também revela o reduzido valor de receitas próprias municipais e, consequentemente, a elevada dependência financeira da autarquia em relação às receitas/transfêrências externas, o que nos deverá fazer reflectir/pensar no dia de amanhã, visto que a tendência é para, num futuro próximo, se verifique o desaparecimento de algumas (sobretudo as vindas da U.E.) e redução de outras*;-----

Acta N.º 02/2010	
Livro N.º	Folha N.º
05	

- por último cumpre-me assinalar o elevado valor inscrito na rubrica de horas extraordinárias (65.000,00 €), questionando se não será caso para, atendendo ao nível de desemprego e em cumprimento até do recomendado pela lei em vigor, se contratarem mais colaboradores em vez de se recorrer ao trabalho extraordinário.-----

*Relativamente às **Grandes Opções do Plano para o Quadriénio de 2010/2013** permitam-me que chama a atenção para a necessidade da Câmara fomentar uma verdadeira política de florestação do território. -----*

É urgente implementar medidas de florestação, até pelas implicações/efeitos que a ausência de árvores tem nos níveis de água disponível. É urgente reflectirmos sobre o facto de o Concelho ter menos população, menos agricultura e, mesmo assim, sentir escassez de água. Muito provavelmente, como até nos ensina Aquilino Ribeiro que escreveu excelentes textos sobre o assunto, uma das causas encontra-se na desflorestação. -----

Assim penso que, é muito importante a preservação das zonas ripícolas, na medida em que fomentam a alimentação dos lençóis freáticos; mas a Câmara deverá também implementar uma verdadeira, abrangente e estrutural política de florestação. Deverá rentabilizar o investimento efectuado no Arbutus do Demo, espaço que, por muitas potencialidades que tenha, deve ser sobretudo o que sempre foi, um viveiro (tornando-se inexplicável o facto de, apesar do investimento destes anos, a Câmara ainda tenha que comprar árvores para plantar em determinadas praças), podendo até ocupar/beneficiar em parte da valência/mercado do desactivado viveiro de Vale de Cavalos.” -----

----- Após resposta do Sr. Presidente da Câmara às dúvidas e questões sobre o Plano e Orçamento, levantadas pela Assembleia, e não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Câmara colocou a votação as Grandes Opções do Plano.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com dezoito votos a favor e três abstenções dos Srs. Fernando Félix, Henrique Morgado e Joel Sousa, aprovar as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), para o quadriénio de 1010/2013 -----

----- **3 - Apreciação e votação do Orçamento para o ano financeiro de 2010, aprovado em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de Fevereiro de 2010. -----**

----- Dado que o Orçamento foi apreciado e discutido em conjunto com as Grandes Opções do Plano, o Presidente da Assembleia entendeu coloca-lo de imediato a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com dezoito votos a favor e três abstenções dos Srs. Fernando Félix, Henrique Morgado e Joel Sousa aprovar o Orçamento para o Ano Financeiro de 2010 -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

A presente acta foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o N.º 3 do art.º 92º da Lei N.º 169/99 de 18.09, e foi assinada pelos membros da Mesa.

ENCERRAMENTO

Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram catorze horas.

Todos os documentos citados nesta acta e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às actas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos.

Para que conste lavrou-se a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal .